

novembro
2025

policy briefing

ADAPTAÇÃO DE BASE COMUNITÁRIA NO CENTRO DO OBJETIVO GLOBAL DE ADAPTAÇÃO

SUMÁRIO

1

ADAPTAÇÃO DE BASE COMUNITÁRIA NO CENTRO DO OBJETIVO GLOBAL DE ADAPTAÇÃO

2

CERCA DE 4 EM CADA 10 PESSOAS NO PLANETA VIVEM EM ALTA VULNERABILIDADE CLIMÁTICA

3

POR QUE A ADAPTAÇÃO BASEADA NA COMUNIDADE É ESTRATÉGICA

4

LACUNAS E RISCOS SE NADA MUDAR

5

COP30 E O OBJETIVO GLOBAL DE ADAPTAÇÃO

6

CHAMADOS À AÇÃO

1

ADAPTAÇÃO DE BASE COMUNITÁRIA NO CENTRO DO OBJETIVO GLOBAL DE ADAPTAÇÃO

Todos sabemos que a crise climática aprofunda desigualdades históricas e territoriais. Por isso, adaptação é sinônimo de justiça climática. No Brasil, cheias, deslizamentos, estiagens severas e ondas de calor atingem de forma desproporcional comunidades periféricas, populações negras, quilombolas, ribeirinhas e povos indígenas. Para reverter esse quadro, é preciso orientar políticas, financiamento e métricas para reduzir o risco onde ele se concentra mais presente — o que exige participação vinculante das comunidades, fortalecimento da capacidade local e salvaguardas de direitos.

Na Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas (COP 30), em Belém, temos a chance de tirar a adaptação do papel e fazê-la acontecer no território, conectando o que o Objetivo Global de Adaptação (GGA) define a quem está

na linha de frente dos impactos. O GGA traz eixos temáticos, como água, alimentos, saúde, ecossistemas, infraestrutura, erradicação da pobreza e patrimônio cultural, que podem (e devem) ser traduzidos em metas, linhas de base e indicadores mensuráveis nos planos nacionais e subnacionais. Essa arquitetura dialoga diretamente com o diagnóstico brasileiro, que se assemelha muito à realidade de outras geografias do Sul Global: impactos desiguais e racializados, respostas ainda reativas a desastres, subfinanciamento da prevenção e necessidade de coprodução dos planos com as comunidades.

A negligência histórica na implementação de medidas de adaptação compromete nossa capacidade de proteger populações em maior vulnerabilidade e, portanto, de avançar em uma agenda de justiça climática. Os impactos da emergência climática não

são homogêneos: atingem de modo desproporcional populações negras, periféricas, indígenas e comunidades tradicionais, revelando a interseção entre crise climática, desigualdade estrutural e injustiça ambiental. Esses eventos expõem fragilidades de infraestrutura, a falta de preparo dos sistemas públicos e, sobretudo, os efeitos acumulados de desigualdades históricas que tornam determinados grupos mais vulnerabilizados ao colapso ambiental. A emergência climática, portanto, não é apenas uma questão ambiental, mas também uma crise de direitos, de justiça e de governança.

Diante desse desafio, o Brasil, na COP 30, pode defender uma agenda que contemple acesso direto e capilar a financiamento para iniciativas territoriais, incluindo linhas dedicadas a organizações comunitárias e indígenas, assistência técnica para elaboração de projetos e mecanismos de governança com participação vinculante. Nesse contexto, torna-se central fortalecer a **Adaptação baseada na Comunidade (AbC)**¹. Essa abordagem parte do reconhecimento de que os próprios territórios vulnerabilizados já produzem respostas concretas à crise climática, ancoradas em saberes locais, vínculos sociais e modos de organização. Rompe-se, assim, com o modelo verticalizado de

políticas públicas, apostando na coprodução de soluções e na escuta ativa de grupos historicamente excluídos dos processos decisórios.

A AbC torna-se, portanto, via de implementação do GGA, pois conecta indicadores às soluções já praticadas nos territórios e reduz o risco de má-adaptação. Desse modo, uma política centrada nas comunidades mais vulnerabilizadas reconhece tais desigualdades como parte do problema e da solução, colocando a justiça racial no centro da ação climática.

Este briefing apresenta um pacote para que o Brasil, como presidência da COP 30, lidere a incorporação, no Objetivo Global de Adaptação (GGA), de **indicadores que valorizem e mensurem AbC**: participação comunitária vinculante; capacidade local; acesso direto a recursos não reembolsáveis; métricas distributivas por grupos/territórios; e salvaguardas antirracistas. Trata-se também de um chamado para que todos os Estados membros da Convenção priorizem essa abordagem.

O fortalecimento de comunidades e territórios é essencial para que as medidas de adaptação produzam efeitos reais, reduzindo riscos e promovendo resiliência. Políticas e financiamentos precisam refletir as desigualdades estruturais e garantir o protagonismo de quem está na linha de frente.

1. Também referida por Locally-Led Adaptation (LLA).

2

CERCA DE 4 EM CADA 10 PESSOAS NO PLANETA VIVEM EM ALTA VULNERABILIDADE CLIMÁTICA

As vulnerabilidades climáticas se sobrepõem a desigualdades estruturais. Nas cidades, a ocupação de encostas e várzeas, a drenagem insuficiente e o déficit habitacional potencializam deslizamentos e inundações. No campo e em territórios tradicionais, a insegurança hídrica e alimentar se agrava com secas mais longas e extremos de temperatura.

Entre 3,3 e 3,6 bilhões de pessoas vivem em alta vulnerabilidade, concentradas em países do Sul Global, onde os impactos são mais intensos e os recursos, mais escassos. A frequência crescente de desastres e o fato de 2024 ter sido o ano mais quente da história, com níveis recordes de calor oceânico e elevação do mar, evidenciam a aceleração do colapso climático. Apesar disso, o financiamento disponível para adaptação nos países em desenvolvimento segue muito abaixo das necessidades identificadas, mantendo uma lacuna significativa entre demanda e fluxos reais de recursos. Esse descompasso amplia as desigualdades estruturais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e agrava o custo da não adaptação, que já soma centenas de bilhões de dólares anuais, com perdas diretas e em cascata sobre economias, ecossistemas e sistemas sociais.

Vulnerabilidade

Cerca de 3,3 a 3,6 bilhões de pessoas vivem em contextos altamente vulneráveis; determinantes sociais (renda, raça, gênero, etnia) amplificam riscos, e populações negras, periféricas e povos indígenas são desproporcionalmente afetados.

Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). Summary for Policymakers Headline Statements. In: Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/resources/spm-headline-statements/>

Tendência de desastres

O mundo pode chegar a ~560 desastres/ano até 2030, com maior impacto em países de baixa e média renda.

UNDRR (Bali Agenda / COP27 / GAR). <https://www.undrr.org/news/un-disaster-summit-concludes-bali-agenda-resilience-prevent-world-facing-15-disasters-day-2030>

Clima recente

As necessidades de adaptação dos países em desenvolvimento são 10–18× maiores que os fluxos públicos internacionais atuais. A demanda de adaptação em países em desenvolvimento é de US\$ 215–387 bi/ano, enquanto os fluxos públicos internacionais caíram 15% em 2021 para US\$ 21 bi, resultando em uma lacuna anual estimada de US\$ 194–366 bi.

WMO (2025). State of the Global Climate 2024.; <https://climate.copernicus.eu/esotc/2024>

Gap financeiro

As necessidades de adaptação dos países em desenvolvimento estimadas entre US\$ 284 e 339 bilhões, o que significa que as necessidades são 12 a 14 vezes superiores aos fluxos financeiros atuais.

UNEP Adaptation Gap Report 2025. <https://www.unep.org/resources/adaptation-gap-report-2025>

Custo de não adaptação

Perdas econômicas médias anuais por desastres superiores a US\$ 330 bilhões (2015–2021), valor que se estima estar significativamente subestimado. Paralelamente, não houve aumento proporcional no financiamento destinado à redução do risco de desastres.

UNDRR (notas técnicas e GAR 2025).
<https://www.undrr.org/gar/gar2025>

Falta de incentivo local

Do dinheiro de adaptação, apenas 10% a 17% alcança o nível local. Estudos recentes apontam que a parcela que chega “na ponta” (governos locais, organizações comunitárias, CBOs etc.) fica nesse intervalo

World Bank Locally LED Climate:
https://documents1.worldbank.org/curated/en/099022025171512503/pdf/P176059-ad65c32a-7a5b-4e87-8b5f-4ded3fc5215f.pdf?utm_source=chatgpt.com

Falta de financiamento para povos indígenas

Menos de um por cento do financiamento para o clima e a biodiversidade vai diretamente para os povos indígenas.

Falling Short Report - tRainforest Foundation Norway, 2021: https://dv719tqmsuwvb.cloudfront.net/documents/Publikasjoner/Andre-rapporter/RFN_Falling_short_2021.pdf

Ausência de projetos com abordagem da ação liderada localmente (LLA) ou AbC

De acordo com WRI, que analisou uma amostra de 374 projetos e iniciativas financiadas por diferentes fundos e instituições em níveis global, regional e local, somente 6% apresentava uma abordagem liderada localmente como componente central.

Locally Led Climate Adaptation: What Is Needed to Accelerate Action and Support? WRI <https://www.wri.org/research/locally-led-climate-adaptation-what-needed-accelerate-action-and-support>

Os indicadores do Objetivo Global de Adaptação (GGA) precisam dar conta da tarefa de mostrar a mudança real na vida destas bilhões de pessoas e nos territórios mais expostos, por exemplo, menos perdas por desastres, mais acesso contínuo à água segura e à alimentação, melhores condições de moradia e saúde (WASH) e ecossistemas comunitários funcionando. Além disso, devem medir capacidade local e participação social efetiva, e não apenas contar obras ou equipamentos instalados.

3

POR QUE A ADAPTAÇÃO BASEADA NA COMUNIDADE É ESTRATÉGICA

A Adaptação baseada na Comunidade (AbC) é uma estratégia que conecta, na sua essência, justiça climática, soberania comunitária e efetividade na redução de riscos. Parte do reconhecimento de que territórios vulnerabilizados já desenvolvem respostas concretas à crise climática, baseadas em saberes locais, vínculos sociais e modos próprios de organização.

Exemplos incluem mutirões de recuperação de áreas de risco, sistemas de alerta comunitários, hortas urbanas, redes de solidariedade, brigadas de incêndio florestal e telhados verdes em contextos urbanos.

Ao integrar saberes tradicionais e inovação local, a AbC fortalece a autonomia comunitária, reduz desigualdades e gera co-benefícios sociais, econômicos e ambientais. Possui potencial transformacional, mas também abrange estratégias incrementais e planejadas, articulando território, justiça climática e governança participativa.

Princípios operacionais da Adaptação baseada na Comunidade:

- **Protagonismo comunitário**
- **Justiça climática e antirracismo**
- **Territorialidade e salvaguardas**
- **Transparência e controle social**
- **Integração de saberes tradicionais e ciência**

Esses princípios estão alinhados à abordagem de *locally led adaptation* (LLA), reconhecida pela UNFCCC como eixo central do Objetivo Global de Adaptação (GGA).

Impacto multiplicado: sinergias entre Adaptação de Base Comunitária (AbC) e Soluções Baseadas na Natureza (SbN)

A proteção e restauração de ecossistemas (como manguezais, florestas ripárias, áreas de recarga de aquíferos e sistemas agroecológicos) reduzem riscos e entregam co-benefícios: segurança hídrica e alimentar, renda, biodiversidade, regulação térmica e coesão social. A integração entre soluções baseadas na natureza e adaptação comunitária reforça a resiliência e amplia benefícios sociais e ambientais.

Manguezais, resíduos e ação comunitária

Pari Island – Indonésia



Na ilha de Pari, comunidades locais enfrentam o avanço do mar, tempestades costeiras e a poluição trazida pelo turismo. Para responder a esses desafios, pescadores, mulheres e jovens se uniram em ações de recuperação ambiental e organização comunitária. A iniciativa combina o plantio e manejo de manguezais com mutirões de limpeza e reciclagem, criando uma rede local de cuidado com o território e geração de renda a partir de mudas e outros produtos.

Além de proteger a costa e restaurar a biodiversidade, o projeto fortalece o papel das mulheres na economia local e promove educação ambiental entre jovens. O aumento da cobertura de manguezais e a renda complementar alcançada pelas famílias mostram que é possível conciliar proteção ambiental e desenvolvimento comunitário. Mostra o potencial das soluções comunitárias quando combinadas à restauração ecológica e ao fortalecimento econômico local.

Projeto Horto Natureza

Comunidade do Horto | Rio de Janeiro - Brasil

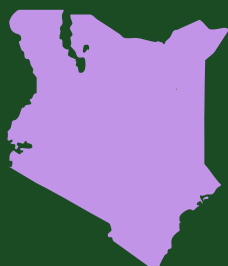


No Rio de Janeiro, a Comunidade do Horto, localizada na região do Jardim Botânico, criou o Projeto Horto Natureza como uma resposta coletiva às ameaças de enchentes e às pressões históricas de remoção. A iniciativa, concebida e implementada pelos próprios moradores, promove a limpeza e manutenção do Rio dos Macacos, a coleta regular de lixo e o replantio da vegetação ciliar nativa, integrando ações de educação ambiental, hortas comunitárias e compostagem de resíduos orgânicos. O projeto mobiliza escolas, famílias e lideranças locais, fortalecendo vínculos sociais e o senso de pertencimento ao território.

O processo tem fortalecido a resiliência comunitária e a gestão local do risco, reduzindo a probabilidade de enchentes e melhorando a qualidade ambiental do rio e de suas margens. Além dos benefícios ecológicos, a experiência reforça a segurança alimentar, a saúde pública e a permanência de cerca de 600 famílias na comunidade, diante de sucessivas tentativas de remoção. A experiência do Horto demonstra que soluções baseadas na natureza lideradas pelas próprias comunidades podem articular conservação ambiental e justiça territorial, sendo mais eficazes e sustentáveis do que intervenções externas e centralizadas.

Seed Savers Network

Quênia



No Quênia, a Seed Savers Network, fundada em 2009, surgiu diante da crescente insegurança alimentar e perda de soberania das comunidades agrícolas, agravadas pela expansão da agricultura industrial e pela erosão da diversidade genética. A organização mobiliza pequenos agricultores para resgatar conhecimentos tradicionais de manejo de sementes e biodiversidade, criando bancos comunitários de sementes, feiras de troca e registros participativos de variedades locais. Agricultores experientes, chamados de “campeões de sementes”, formam e orientam outros produtores, fortalecendo a autonomia produtiva e a resiliência frente à seca.

Com mais de 40 bancos comunitários e 35 mil agricultores conservacionistas, o modelo reforça a segurança e soberania alimentar, o empoderamento de mulheres e jovens rurais e a valorização do conhecimento indígena. A experiência mostra que fortalecer a base social e genética dos sistemas agrícolas é uma forma eficaz de adaptação climática, com alto potencial de replicação em outros contextos rurais do Sul Global.

O QUE FUNCIONA

Abordagens que combinam governança intersetorial com poder decisório comunitário, financiamento flexível, métricas desagregadas por grupo/território e reforço de capacidade local. As experiências nacionais e internacionais mostram que, quando as comunidades participam desde a concepção das medidas, os resultados são mais sustentáveis, equitativos e de longo prazo.

Reassentamento planejado com direitos

El Bosque – México



Em El Bosque, no México, o risco de deslizamentos e eventos extremos tornou insustentável a permanência das famílias no território. O reassentamento foi conduzido de forma planejada, garantindo moradia digna, acesso a serviços básicos e participação das famílias em todas as etapas. O processo envolveu cooperação entre governo, universidades e sociedade civil, priorizando soluções pactuadas e sustentáveis.

O caso demonstra que o envolvimento comunitário é essencial para o êxito de políticas de adaptação: além de reduzir a exposição ao risco, fortalece vínculos sociais, amplia o acesso a água e saneamento (WASH) e consolida o direito a viver em segurança.

Rede Slum Dwellers International (SDI)

**Kit de Ferramentas de Resposta a
Riscos de Desastres – Filipinas**



Nas Filipinas, comunidades que enfrentam ameaças recorrentes como tempestades, inundações, queimadas, secas, deslizamentos e elevação do nível do mar se organizaram por meio da Rede Slum Dwellers International (SDI) para desenvolver um kit comunitário de gestão de desastres. O material foi elaborado de forma participativa e reúne protocolos de resposta, estratégias de comunicação do risco, mapeamentos locais e planos de ação definidos pelas próprias comunidades.

O processo fortaleceu a governança comunitária e a formação de lideranças locais, promovendo a cooperação entre comunidades e governos e ampliando a capacidade coletiva de resposta a emergências. A experiência evidencia que respostas lideradas pelas próprias comunidades, quando baseadas em solidariedade e organização local, tendem a ser mais eficazes e sustentáveis do que abordagens centralizadas.

Plano Comunitário de Contingência, Adaptação e Mitigação dos Efeitos das Chuvas

Vila Arraes - Recife - Brasil



Em Recife, a comunidade de Vila Arraes elaborou um plano comunitário de contingência, adaptação e mitigação dos efeitos das chuvas, coordenado pelo Espaço GRIS Solidário em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O processo envolveu a participação ativa das mulheres da comunidade, que chefiavam cerca de 70% das famílias, segundo o censo comunitário de 2023. Esse censo, realizado de porta em porta por agentes locais, foi o ponto de partida para o diagnóstico participativo dos riscos climáticos e sociais. A partir dele, a comunidade estruturou brigadas de resposta com atuação em logística, saúde (mental e preventiva), comunicação e gestão de crises, além de promover formações com a Defesa Civil sobre protocolos de emergência durante enchentes do Rio Capibaribe e riscos de eletrocussão.

O plano fortaleceu a gestão comunitária do risco climático, ampliando a autonomia da comunidade na prevenção e resposta a inundações e deslizamentos. Além de reduzir a ansiedade e o medo diante das chuvas extremas, o plano contribuiu para colocar a adaptação climática no centro da agenda territorial, aumentando as chances de implementação de políticas públicas e ações de proteção. A experiência demonstra como planos de adaptação conduzidos por comunidades urbanas, em parceria com universidades e projetos de extensão, podem gerar respostas mais eficazes e sustentáveis aos desastres climáticos.

4

LACUNAS E RISCOS SE NADA MUDAR

FINANCIAMENTO

O financiamento climático global ainda prioriza mitigação, com baixa disponibilidade de recursos para adaptação e oferta limitada de doações não reembolsáveis. As janelas de acesso permanecem pouco adequadas a organizações comunitárias, marcadas por altos custos transacionais, burocracia excessiva e baixa previsibilidade orçamentária.

No Sul Global, persistem barreiras de acesso ao financiamento por parte de comunidades e grupos locais, bem como ausência de instrumentos de fomento direto e dificuldades para custear etapas de operação e manutenção.

Superar essas lacunas requer ampliar o acesso direto, simplificar procedimentos e estabelecer linhas de financiamento específicas para iniciativas de base comunitária, com foco em justiça climática, participação vinculante e fortalecimento da capacidade local.

CAPACIDADE E GOVERNANÇA

Em muitos dos países signatários da UNFCCC — sobretudo no Sul Global — persistem déficits de capacidade e coordenação no nível local/subnacional e lacunas de dados e monitoramento, o que limita a implementação de adaptação e eleva riscos de má-adaptação (IPCC AR6; UNDRR GAR 2022; UNEP Adaptation Gap Report 2023; OCDE).

Faltam equipe, orçamento e rotinas nos níveis local e subnacional; as secretarias ainda operam de forma isolada; a população tem pouca influência real nas decisões; e os dados de risco e resultados não são integrados nem abertos. Isso impede comprovar que o risco caiu e que a vida melhorou, reforçando a urgência de fortalecer capacidades locais, criar governança com poder decisório comunitário e adotar ferramentas de gestão e monitoramento com dados públicos e participação social.

Esses fatores comprometem a implementação de medidas de adaptação e a construção de planos integrados que incorporem justiça climática, evidenciando a necessidade de fortalecer capacidades locais, mecanismos de governança participativa e ferramentas de gestão baseadas em dados acessíveis.

MÁ-ADAPTAÇÃO

A má-adaptação acontece quando projetos e políticas reproduzem desigualdades ou transferem custos às próprias comunidades afetadas. Isso inclui, por exemplo: obras de canalização e diques que empurram a água para bairros vizinhos e provocam enchentes em outros locais; reassentamentos sem as devidas salvaguardas e consultas apropriadas, que removem famílias de áreas de risco para periferias sem emprego, transporte ou serviços, quebrando redes de apoio; Soluções baseadas na Natureza (SbN) de acesso restrito, como parques lineares ou áreas restauradas sem regimentos antidespejo, que estimulam gentrificação verde e expulsam moradores de baixa renda; projetos que exigem manutenção comunitária (p.ex., cisternas, telhados verdes, drenagem local) sem orçamento, capacitação ou suporte técnico, levando ao abandono; plantios mal desenhados (p.ex., espécies exóticas ou cercamentos rígidos) que limitam o uso tradicional do território por pescadoras/marisqueiras, extrativistas e agricultores familiares; e obras “duras” isoladas (muros de contenção, pavimentação impermeável) que agravam ilhas de calor e não reduzem o risco no longo prazo.

Essas situações corroem a legitimidade das políticas de adaptação e podem aumentar vulnerabilidades sociais e territoriais. Num contexto global de aquecimento recorde, exposição crescente a extremos, perdas em alta e lacuna persistente de financiamento, é urgente instituir salvaguardas de justiça climática (Consulta Livre Prévia e Informada, não-remoção forçada, proteção do direito ao território e à moradia) e mecanismos de monitoramento preventivo que verifiquem, desde o desenho até a operação, quem se beneficia, quem arca com os custos e se o risco de fato caiu - com indicadores distributivos, dados abertos em nível local e poder decisório comunitário sobre prioridades e orçamento.

5

COP30 E O OBJETIVO GLOBAL DE ADAPTAÇÃO

O Objetivo Global de Adaptação (GGA), previsto pelo Acordo de Paris, busca aumentar a capacidade adaptativa, fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade climática em todo o mundo.

Para acompanhar seu avanço, a COP28 instituiu o programa de trabalho UAE–Belém, que estabelece uma estrutura de monitoramento, avaliação e aprendizado (MEL) e o desenvolvimento de indicadores globais de adaptação a serem adotados até a COP30, em Belém. Esses indicadores abrangem áreas como água, segurança alimentar, saúde, biodiversidade, infraestrutura, erradicação da pobreza, patrimônio cultural, planejamento, implementação e MEL.

Em 2025, especialistas apresentaram opções de 100 indicadores a serem considerados (UNFCCC, 2025),

parte dos quais dialoga com justiça climática e adaptação baseada em comunidades, ainda que sem referência explícita a essas abordagens.

Para que o programa de trabalho UAE–Belém integre efetivamente a Adaptação baseada na Comunidade (AbC), é essencial que os países proponham indicadores que traduzam justiça climática em resultados mensuráveis, com participação vinculante das comunidades, fortalecimento da capacidade local e acesso direto e desburocratizado a financiamento.

O GGA representa, assim, uma **oportunidade estratégica para consolidar parâmetros globais de adaptação que transformem justiça climática em resultados concretos**, por meio da integração de abordagens comunitárias, mecanismos de financiamento acessível e governança participativa.

Exemplos de como os princípios da Adaptação baseada na Comunidade podem ser monitorados e/ou avaliados, a partir dos indicadores apresentados pelos especialistas (UNFCCC)

Indicador do GGA (código + texto)	Princípio da AbC relacionado	Indicadores comunitários sugeridos/ formas de avaliação local
9(e01) Proporção de programas de melhoria de assentamentos informais que (i) incluem adaptação às mudanças climáticas e (ii) são liderados localmente e co-projetados.	Participação efetiva	% de planos/projetos com colegiados comunitários deliberativos e orçamento participativo; número de decisões tomadas por CLPI em projetos de adaptação.
9(f09) Proporção de sistemas de proteção social preparados/adaptáveis para responder a impactos das mudanças climáticas.	Capacidade local	# de grupos comunitários de gestão de risco e brigadas locais treinadas e ativas (ex.: NUPDECs); % de municípios com protocolos comunitários de risco; tempo médio de ativação comunitária em alertas.
10(c06) Montante do financiamento público internacional para a adaptação às alterações climáticas fornecido, mobilizado e recebido para a implementação de planos nacionais de adaptação, instrumentos políticos e processos e/ou estratégias de planejamento.	Meios de Implementação e Acesso direto	US\$ desembolsados via janelas diretas a OSC/comunidades; % de recursos não reembolsáveis/baixa burocracia; tempo/custo de acesso.
9(e05) Número de Partes com planos nacionais de adaptação que integram (i) soluções baseadas na natureza (SbN) e (ii) medidas de adaptação baseadas em ecossistemas (AbE) (infraestrutura verde/azul) para gerenciar e reduzir impactos das mudanças climáticas em assentamentos humanos e sistemas de infraestrutura, com (i) ações identificadas, (ii) metas e (iii) alocações de recursos.	Métricas distributivas	Redução de perdas (vidas, moradias, renda) em grupos/territórios de alto risco; cobertura de IVAs (verde/azul) em áreas vulneráveis.
9(e04) Número de protocolos de realocação planejada ² para assentamentos humanos e sistemas de infraestrutura, destinados a facilitar realocações locais inclusivas, adequadamente apoiadas e bem geridas.	Salvaguardas	# de projetos com avaliação de impacto distributivo e de realocação planejada, voluntária e participativa; existência de mecanismos de reparação; # de projetos submetidos à CLPI.
10(b05) Proporção de Planos Nacionais de Adaptação, instrumentos de política e processos de planejamento que foram informados por conhecimentos tradicionais, conhecimentos dos Povos Indígenas e sistemas de conhecimento locais.	Participação social	% de intervenções com dados abertos ao nível de bairro/comunidade; # de auditorias sociais realizadas.

2. A realocação planejada deve ser voluntária e participativa, e ocorrer apenas quando não houver outra alternativa, assegurando mecanismos de reparação e a permanência segura das comunidades. Esses parâmetros buscam garantir que o monitoramento de resultados considere impactos distributivos, justiça racial e o direito à permanência como princípio prioritário, reconhecendo que a realocação é uma medida de última instância.

Para que a adaptação produza justiça climática e incorpore uma perspectiva antirracista³, os indicadores precisam ser desagregados por **raça, gênero, idade e território**, e acompanhados de meios de implementação que garantam recursos diretos e não reembolsáveis acessíveis às comunidades locais. A desagregação mostra **quem está ficando para trás e onde** (por exemplo, mulheres negras em áreas de encosta, pequenos agricultores e povos indígenas em regiões de seca prolongada, idosos em bairros com ilhas de calor), permitindo priorizar investimentos, desenhar respostas adequadas ao contexto e **monitorar se o risco realmente caiu** para os grupos mais expostos. Sem esses cortes, médias municipais ou nacionais apagam desigualdades e podem legitimar políticas que reproduzem injustiças. Ao exigir dados desagregados e acesso direto a recursos, o GGA ganha um parâmetro técnico e ético ao mesmo tempo: mede resultados concretos no território e orienta o financiamento para quem mais precisa, reduzindo vieses e riscos de má-adaptação.

3. Adaptação antirracista refere-se a ações de enfrentamento às desigualdades raciais, de gênero, geracionais, sociais, regionais e territoriais através de políticas públicas estruturais, interseccionais e intersetoriais, com foco no bem-estar, na proteção das vidas vulnerabilizadas e na conservação dos biomas. Essas ações devem incluir saberes, soluções e práticas populares ancestrais e tradicionais, e as especificidades do território. (Rede de Adaptação Antirracista, 2024)

6

CHAMADOS À AÇÃO

Este ano, na COP30, **os 100 indicadores para acompanhar o progresso do GGA devem ser adotados. Reconhecemos o trabalho técnico e a relevância da proposta elaborada pelo grupo de especialistas (UNFCCC)**, e consideramos que sua adoção representa um passo importante para o avanço da agenda global de adaptação.

Recomendamos que, para avançar na justiça climática e na redução das vulnerabilidades os indicadores a serem aprovados tenham por base:

- A adaptação baseada em comunidades ou Ações lideradas localmente (*Locally Led Adaptation*)
- Meios de implementação, a partir de mecanismos de financiamento que contemplem subsídios e/ou doações de países desenvolvidos a países em desenvolvimento
- Informações com níveis de desagregação que considerem dimensões sociodemográficas, como raça, gênero, faixa etária e território, de modo a refletir, com maior precisão, quem vivencia as desigualdades e vulnerabilidades climáticas em cada Parte.

Para acompanhar os próximos passos, o Baku Adaptation Roadmap (BAR) deve apoiar a implementação de ações práticas de adaptação e salvaguardas socioambientais, o monitoramento dos indicadores e a capacitação dos países, além de incorporar a perspectiva de Adaptação baseada em Comunidades e de justiça climática.

Os indicadores devem ser incorporados aos instrumentos existentes, como Planos Nacionais de Adaptação (NAPs), Comunicações de Adaptação, Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e Relatórios Bienais de Transparência (BTRs), de modo a não criar dificuldades adicionais aos países em desenvolvimento. O progresso deve ser avaliado como parte do Global Stocktake (GST).

Diante da insuficiência do financiamento climático para adaptação, será importante atualizar uma meta específica de financiamento para adaptação, alinhada às necessidades dos países em desenvolvimento e de comunidades vulnerabilizadas. Portanto, a própria decisão do GGA deve incluir um chamado para, no mínimo, triplicar o financiamento para adaptação⁴.

Além disso, o *Baku to Belém Roadmap* e a decisão específica de financiamento devem reforçar o financiamento público de qualidade — inclusive para adaptação — que não gere aumento da dívida externa dos países em desenvolvimento. Para viabilizar a adaptação comunitária, o *Baku to Belém Roadmap*, ou outra decisão relevante sobre financiamento, deve promover financiamento direto a povos indígenas e comunidades tradicionais e locais para a implementação de medidas comunitárias.

4. POLÍTICA POR INTEIRO. Organizações de todo o mundo pedem que COP30 triplique financiamento para adaptação climática. 13 out 2025. Disponível em: <https://politicaporinteiro.org/2025/10/13/organizacoes-de-todo-o-mundo-pedem-que-cop30-triplique-financiamento-para-adaptacao-climatica/>

PARA ISSO, É PRECISO QUE AS DIFERENTES PARTES SE COMPROMETAM A:

BRASIL/ITAMARATY/ MMA/NEGOCIADORES

- Incentivar os demais países-membros à aprovação e adoção dos 100 indicadores GGA, principalmente aqueles que tenham como centralidade a melhoria e ampliação de ações e serviços para populações desproporcionalmente afetadas pelas mudanças climáticas;
- Defender na COP30 os indicadores que visam o aumento de programas e projetos de adaptação de base comunitária (CbA) e ações lideradas localmente (LLA)
- Recomendar às partes a inclusão das informações por níveis de desagregação dos indicadores propostos, para evidenciar as populações mais impactadas pelas mudanças climáticas, e de meios de implementação com acesso direto para comunidades e capacidade local e liderar por exemplo, incluindo informações desagregados por raça, gênero, idade e outros fatores relevantes quando apresentar informações futuras relacionadas aos indicadores;
- Promover, nas negociações internacionais, o compromisso de inserir como meios de implementação aos indicadores propostos, o financiamento direto e não reembolsável às comunidades locais, reconhecendo os projetos e iniciativas de adaptação base comunitária como medidas tangíveis ao enfrentamento à crise climática;
- Defender, na COP30, a inclusão de um chamado político claro para triplicar o financiamento global destinado à adaptação, alinhado às necessidades dos países em desenvolvimento e das comunidades vulnerabilizadas

PARA ISSO, É PRECISO QUE AS DIFERENTES PARTES SE COMPROMETAM A:

PAÍSES SIGNATÁRIOS DA UNFCCC/DOADORES:

- Aprovar e acordar, na COP30, um pacote de indicadores do GGA que dialogue com o fortalecimento de mecanismos de incentivo, monitoramento e avaliação de programas e projetos de Adaptação de Base Comunitária (AbC) e de Ações Lideradas Localmente (LLA);
- Abrir janelas de acesso direto e ampliar recursos não reembolsáveis para AbC; cooperação técnica Sul-Sul. O financiamento internacional deve ser compatível com as necessidades reais dos países em desenvolvimento e priorizar recursos não reembolsáveis para povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais e comunidades locais.

SOCIEDADE CIVIL/ ACADEMIA:

- Propor a criação de consórcios para monitorar indicadores com dados abertos e auditoria social
- Fortalecer redes da sociedade civil e da academia para acompanhar e apoiar a implementação das medidas de adaptação e monitorar a efetividade das políticas públicas.
- Colaborar para o suporte e apoio técnico às comunidades no desenvolvimento de modelos simplificados e metodologias integradas para avaliação de projetos, baseados em evidências e orientados por princípios de justiça climática, que incorporem dimensões sociais, econômicas, culturais, territoriais e que sejam acessíveis, replicáveis e sensíveis às realidades locais.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA-DIAZ, A.; BENEZOLI, V. H.; JUSTINO, F.; TORRES, R. R.; WILSON, A. B. Assessing current and future trends of climate extremes across Brazil based on reanalyses and earth system model projections. *Climate Dynamics*, v. 55, n. 5, p. 1403–1426, 2020. <https://doi.org/10.1007/s00382-020-05333-z>.
- BANCO MUNDIAL. (2023). Financing Adaptation: Closing the Gap in Developing Countries.
- BARNETT, J.; O’NEILL, S. (2010). Maladaptation. *Global Environmental Change*, v. 20, n. 2, p. 211–213.
- CEMADEN. (2024). Boletim Anual de Alertas e Desastres Climáticos no Brasil.
- CEPAL. (2023). Justicia Climática y Adaptación en América Latina.
- FALLING SHORT REPORT. Rainforest Foundation Norway. (2021). Disponível em: https://dv719tqmsuwvb.cloudfront.net/documents/Publikasjoner/Andre-rapporter/RFN_Falling_short_2021.pdf. Acesso em: 07 set. 2025.
- HATCHER, J.; OWEN, M.; YIN, D. (2021). Falling Short: Donor Funding for Indigenous Peoples and Local Communities to Secure Tenure Rights and Manage Forests in Tropical Countries (2011–2020). Rainforest Foundation Norway.
- IIED. (2022). Community-Based Adaptation: Insights and Good Practices from CBA16 Conference.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). (2022). Summary for Policymakers: Headline Statements. In: *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/resources/spm-headline-statements/>. Acesso em: 31 out. 2025.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). (2023). AR6 Synthesis Report – Climate Change 2023.
- LOCALLY LED CLIMATE ADAPTATION: What Is Needed to Accelerate Action and Support? World Resources Institute (WRI). Disponível em: <https://www.wri.org/research/locally-led-climate-adaptation-what-needed-accelerate-action-and-support>. Acesso em: 8 ago. 2025.
- MARCO ZERO. (2024). Organizações sociais lançam rede de adaptação antirracista. Recife: Marco Zero.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). (2024). Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima) – Documento de Referência para Consulta Pública.
- WATSON, C.; SCHALATEK, L.; EVÉQUOZ, A. Climate Finance Thematic Briefing: Adaptation Finance. 2021.
- POLÍTICA POR INTEIRO. (2025). Organizações de todo o mundo pedem que COP30 triplique financiamento para adaptação climática. 13 out. 2025. Disponível em: <https://politicaporinteiro.org/2025/10/13/organizacoes-de-todo-o-mundo-pedem-que-cop30-triplique-financiamento-para-adaptacao-climatica/>. Acesso em: 15 out. 2025.
- REDE DE ADAPTAÇÃO ANTIRRACISTA. (2024). Organizações sociais lançam rede de adaptação antirracista. Disponível em: <https://marcozero.org/organizacoes-sociais-lancam-rede-de-adaptacao-antirracista/>. Acesso em: 5 abr. 2025.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP); INTERNATIONAL INSTITUTE FOR ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (IIED). (2023). Principles for Locally Led Adaptation (LLA): Scaling Local Action through Global Frameworks.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). (2023). Adaptation Gap Report 2023.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). (2025). Adaptation Gap Report 2025. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/adaptation-gap-report-2025>. Acesso em: 20 out. 2025.
- UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNDRR). (2022). Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction.
- UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNDRR). (2025). Bali Agenda / COP27 / GAR. Disponível em: <https://www.undrr.org/news/un-disaster-summit-concludes-bali-agenda-resilience-prevent-world-facing-15-disasters-day-2030>. Acesso em: 3 set. 2025.
- UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNDRR). (2025). Notas técnicas e GAR 2025. Disponível em: <https://www.undrr.org/gar/gar2025>. Acesso em: 31 out. 2025.
- UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). (2023–2025). Work Programme on the Global Goal on Adaptation (UAE–Belém).
- UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). (2025). Technical Paper on the Global Goal on Adaptation – Options for Indicators.
- WORLD BANK. (2024). Locally Led Climate Action: A World Bank Operational Approach. Washington, DC: World Bank.
- WORLD BANK. Locally LED Climate. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099022025171512503/pdf/P176059-ad65c32a-7a5b-4e87-8b5f-4ded3fc5215f.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2025.
- WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION (WMO). (2025). State of the Global Climate 2024. Disponível em: <https://climate.copernicus.eu/esotc/2024>. Acesso em: 29 out. 2025.

Exemplos de indicadores que dialogam diretamente com Ação liderada Localmente (LLA) e Adaptação de Base Comunitária (AbC)

ID	Nome do Indicador	Descrição do Indicador
9e01	Proporção de programas de melhoria de assentamentos informais que (i) incluem adaptação às mudanças climáticas e (ii) são liderados localmente e co-projetados.	Este indicador mede o grau em que as ações de adaptação são lideradas e co-projetadas por comunidades locais, especialmente aquelas mais vulneráveis. Ele destaca a participação, o empoderamento e a equidade no planejamento e na implementação da adaptação.
9c08	Nível de operacionalização de sistemas de alerta precoce em saúde informados pelo clima para riscos relacionados à saúde decorrentes das mudanças climáticas, acessíveis a grupos vulneráveis.	Este indicador se baseia na pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS) onde avalia o grau de implementação dos sistemas de alerta precoce em saúde (EWS) para riscos climáticos relevantes a cada país.
9a09	Percentual de pessoas assistidas com realocação planejada de forma segura, voluntária e digna entre aquelas deslocadas em decorrência de perigos e eventos extremos relacionados à água, como inundações, secas, ciclones tropicais, marés de tempestade, elevação do nível do mar e outros desastres induzidos pela água.	Este indicador avalia em que medida as populações deslocadas em decorrência de perigos e eventos extremos relacionados à água recebem apoio em processos de realocação planejada realizados de forma segura, voluntária e digna.
9d10	Número de Partes que relatam resultados de capacidade adaptativa, resiliência e redução de vulnerabilidade decorrentes de ações de AbE e SbN em seus PANs, NDCs ou outras políticas ou programas.	Este indicador oferece uma avaliação abrangente do progresso global em resultados de Adaptação Baseada em Ecossistemas (AbE) e Soluções Baseadas na Natureza (SbN). Ele monitora a adoção dessas abordagens, sua escala, maturidade e a efetividade relatada na entrega de resultados de adaptação.

9e04	Número de protocolos de realocação planejada para assentamentos humanos e sistemas de infraestrutura, destinados a facilitar processos de realocação em escala local que sejam inclusivos, adequadamente apoiados e bem geridos.	Este indicador avalia a presença e a qualidade de protocolos de realocação planejada e proativa para assentamentos humanos em risco de impactos climáticos.
9e05	Número de Partes com planos nacionais de adaptação que integram (i) soluções baseadas na natureza (SbN) e (ii) medidas de adaptação baseadas em ecossistemas (AbE) (infraestrutura verde/azul) para gerenciar e reduzir impactos das mudanças climáticas em assentamentos humanos e sistemas de infraestrutura, com (i) ações identificadas, (ii) metas e (iii) alocações de recursos.	Este indicador mede o grau em que as Soluções Baseadas na Natureza (SbN) e a Adaptação Baseada em Ecossistemas (AbE) contribuem para o fortalecimento da capacidade adaptativa e para o aumento do potencial de mitigação em assentamentos humanos e sistemas de infraestrutura.
9f09	Proporção de sistemas de proteção social preparados/ adaptáveis para responder a impactos das mudanças climáticas.	O indicador avalia o quanto os países adaptaram seus sistemas de proteção social para responder aos impactos das mudanças climáticas.
9g06	Número de programas relevantes de capacitação em adaptação climática que integram patrimônio cultural e/ou orientações de conhecimentos tradicionais, locais ou indígenas.	O indicador mede o quanto as ações de capacitação e sensibilização sobre adaptação climática incorporam o patrimônio cultural (material, imaterial e natural) e os conhecimentos tradicionais, locais ou indígenas em suas estratégias. Também contribui para monitorar os Meios de Implementação (MOI) relacionados à formação de capacidades e acesso à informação.
9a07	Proporção de Partes que tomam medidas para melhorar e ampliar serviços de água, saneamento e higiene (WASH) a populações desproporcionalmente afetadas pelas mudanças climáticas e a grupos vulneráveis.	Este indicador baseia-se em um indicador já existente que avalia até que ponto as políticas e planos nacionais de água, saneamento e higiene (WASH) incluem medidas para melhorar e ampliar os serviços a populações desproporcionalmente afetadas pelas mudanças climáticas.

9f01	Proporção da população que vive em pobreza multidimensional em áreas altamente expostas a perigos relacionados ao clima.	Este indicador monitora o nível de pobreza multidimensional em áreas expostas a diferentes riscos climáticos ao longo do tempo. A pobreza multidimensional, conforme as definições nacionais, refere-se à privação em múltiplos aspectos do bem-estar, além da renda — como educação, saúde, moradia e acesso a serviços básicos.
9f03	Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional em áreas altamente expostas a perigos relacionados ao clima.	Este indicador monitora a erradicação da pobreza, conforme as definições nacionais, em áreas expostas a diferentes riscos climáticos. A taxa nacional de pobreza corresponde ao percentual da população total que vive abaixo da linha de pobreza estabelecida por cada Parte
9f04	Proporção de trabalhadores em setores/atividades econômicas vulneráveis ao clima (segundo a classificação ISIC).	O indicador mede quanto a força de trabalho e as fontes de renda estão concentradas em setores econômicos sensíveis ao clima, considerando também o nível de formalidade do emprego. Uma alta presença de trabalhadores informais nesses setores indica maior vulnerabilidade às mudanças climáticas.
10b05	Percentual de Planos Nacionais de Adaptação, instrumentos de política e processos de planejamento que incorporam conhecimentos tradicionais, saberes de povos indígenas e sistemas de conhecimento locais.	O indicador mede a proporção de países em que povos indígenas e comunidades locais participam ativamente da elaboração de planos de adaptação, e em que saberes indígenas, tradicionais e locais contribuíram para a formulação dos Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) e de outros instrumentos de política.
10b09	Número de Partes cujos orçamentos nacionais refletem alocações de adaptação em diversos setores e ministérios e onde a adaptação é integrada em planos nacionais e setoriais (incluindo planos e orçamentos de desenvolvimento, quando aplicável).	Este indicador mede o grau em que os orçamentos nacionais integram e priorizam as ações de adaptação identificadas em seus marcos de planejamento, bem como a incorporação da adaptação em outros planos nacionais e setoriais relevantes.

10d05	Número de Partes com capacidade institucional suficiente, incluindo recursos financeiros adequados, para operar plenamente o sistema nacional de monitoramento, avaliação e aprendizado (MEL) da adaptação.	Este é um indicador qualitativo destinado a avaliar a capacidade institucional das Partes para operar o sistema de monitoramento, avaliação e aprendizado (MEL) da adaptação. Ele mede o nível de prontidão institucional e, ao mesmo tempo, identifica as necessidades de fortalecimento de capacidades.
9c04	Grau de implementação do preparo e resposta de Apoio Psicossocial e de Saúde Mental (MHPSS) para eventos sensíveis às mudanças climáticas	O indicador avalia a oferta de apoio em saúde mental e psicossocial (MHPSS) diante de eventos relacionados às mudanças climáticas — como desastres extremos, elevação do nível do mar ou surtos de doenças sensíveis ao clima. Ele mede se os países possuem planos, recursos, implementação e monitoramento de estratégias de MHPSS.
10c06	Montante do financiamento público internacional para a adaptação às alterações climáticas fornecido, mobilizado e recebido para a implementação de planos nacionais de adaptação, instrumentos políticos e processos e/ou estratégias de planejamento.	Este indicador sugere que o cálculo e a implementação de reporte financeiro devem seguir métodos padronizados de mensuração definidos pelo Comitê Permanente de Finanças - SCF da UNFCCC, garantindo consistência, comparabilidade e transparência entre os países nas informações sobre financiamento climático.

PARA MAIS INFORMAÇÕES

Entrem em contato:

leilane.reis@greenpeace.org

Anna.Carcamo@greenpeace.org

